



A&C

Revista de Direito Administrativo & Constitucional



ISSN 1516-3210

A&C R. de Dir. Administrativo & Constitucional	Belo Horizonte	ano 8	n. 34	p. 1-254	out./dez. 2008
--	----------------	-------	-------	----------	----------------

Sumário

Editorial	7
-----------------	---

DOCTRINA

Artigos

Seguridad jurídica, derechos y necesidades

José Luis Said	11
I Introducción	11
II Modernización, flexibilidad, desregulación: el contexto	14
III Perspectiva	17
IV Seguridad Jurídica	18
V Derechos y necesidades	19
VI Modernidad y modernización	25
VII Flexibilidad	27
VIII Desregulación	29
IX Colofón	31

20 anos de Constituição: uma análise sobre o dever de planejar e executar políticas públicas para cidades sustentáveis

Lúcia Maria Silva Melo de Casimiro	33
Introdução	33
1 A política pública para a ordenação das cidades na Constituição de 1988	34
2 Da função social da propriedade à função social da cidade	38
2.1 A função social da propriedade	38
2.2 Da função social da cidade	42
3 A política urbana na Constituição	46
4 O Estatuto da Cidade e a política de desenvolvimento e expansão urbana sustentável	49
Conclusão	54
Referências	56

A responsabilidade civil do Estado frente às omissões estatais que ensejam violação à dignidade da pessoa humana

Daniel Wunder Hachem	59
1 Introdução	59
2 O princípio da dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais	60
3 O mínimo existencial como núcleo material da dignidade da pessoa humana e as omissões estatais	62
4 A responsabilidade extracontratual do Estado nos casos de omissão da Administração Pública	65
5 Conclusão: elementos necessários à configuração da responsabilidade civil do Estado frente à violação da dignidade humana	67
Referências	69

A coisa julgada como limite à retroatividade da declaração de inconstitucionalidade: mas e se a coisa julgada for inconstitucional?

Cláudia Honório	73
Introdução	73
1 A inconstitucionalidade e os efeitos temporais de sua declaração	74
2 A coisa julgada como limite à retroatividade da declaração de inconstitucionalidade	85
3 E se a "coisa julgada" for inconstitucional?	90
Considerações finais	101
Referências	104

A defesa judicial dos direitos sociais prestacionais a partir da teoria dos direitos humanos de Amartya Sen

Daniel dos Santos Rodrigues	107
Introdução	107
1 Fundamentalidade dos direitos sociais prestacionais	109
1.1 Teorias de justiça e a fundamentalidade dos direitos	109
1.2 Multifuncionalidade e as obrigações dos direitos fundamentais	113
1.3 Sobre o atributo da auto-aplicabilidade dos direitos fundamentais	115
2 Direitos sociais e separação dos poderes	117
2.1 Os argumentos contrários à sindicabilidade judicial dos direitos sociais prestacionais	117
2.2 Hermenêutica e racionalidade das decisões judiciais — em busca dos limites da atividade jurisdicional e da discricionariedade estatal	120
2.2.1 Mínimo existencial como composição entre os direitos liberais e sociais e como fator de limitação da discricionariedade estatal	121
2.2.2 Justiça corretiva e justiça distributiva — os equívocos em torno do papel da jurisdição	123
2.2.3 Direito versus subjetivismo — a racionalidade do discurso jurídico	124
3 Aspectos processuais da defesa judicial dos direitos sociais	126
3.1 Perspectiva subjetiva — os direitos sociais como direitos subjetivos individuais	127
3.2 Perspectiva objetiva — os direitos sociais como direitos coletivos	130
3.3 Conclusões sobre a utilização do mandado de segurança e da ação civil pública na defesa dos direitos sociais prestacionais	134
Conclusão	135
Referências	137

O papel da advocacia pública no Estado Democrático de Direito: da necessidade de sua contribuição para o acesso à justiça e o desenvolvimento institucional

Luciane Moessa de Souza	141
1 Objetivo do trabalho	141
2 Abrangência da atividade: contencioso judicial; consultoria jurídica; assessoria jurídica	142
2.1 A atuação contenciosa	142
2.2 A consultoria jurídica	145
2.3 O assessoramento jurídico	146
3 Acesso à justiça: conceito e obstáculos	147
3.1 Conceito de acesso à justiça	147
3.2 Os principais obstáculos para o acesso à justiça	148
4 Premissas necessárias	152
4.1 O Poder Executivo e o acesso à justiça	152

4.2	Segurança jurídica e desenvolvimento	154
4.3	A natureza dos interesses defendidos	159
5	Consequências práticas	165
5.1	Princípios de conduta dos membros da carreira	165
5.2	Prerrogativas necessárias para o adequado exercício da função	167
6	Considerações finais	172

Terrorismo, direitos fundamentais e os aspectos críticos da teoria da Constituição de Emergência

Thiago Cássio d'Ávila Araújo	175	
1	Introdução	175
2	Terrorismo e direitos fundamentais: contextualização do debate	176
3	A "Constituição de Emergência" de Bruce Ackerman	182
3.1	<i>Checks and balances</i>	186
3.1.1	" <i>Supermajoritarian escalator</i> "	186
3.1.2	Controle minoritário da informação	187
3.2	Compensação financeira	187
3.3	O papel dos juízes	188
3.3.1	Macrogerenciamento	188
3.3.2	Microjulgamento	189
4	As críticas de David Cole: o ponto cego da Constituição de Emergência	191
4.1	Críticas às premissas	191
4.1.1	Cortes e legislaturas: subestimação dos tribunais e superestimação das legislaturas como guardiães da liberdade	191
4.1.2	Solução universal do " <i>supermajoritarian escalator</i> "	193
4.1.3	Duração das emergências	194
4.2	Críticas à eficácia	196
4.2.1	Os abusos de detenção preventiva	196
4.2.2	O que a inocência tem a ver com tudo isso?	196
4.2.3	O que o " <i>supermajoritarian escalator</i> " tem a ver com tudo isso?	197
4.3	Críticas à moralidade	198
4.3.1	A necessidade da suspeita	198
4.3.2	A necessidade de revisão judicial	199
4.3.3	A detenção terapêutica	200
5	Conclusões	200
	Referências	204

Constitucionalidade da Lei nº 9.131/95: Conselho Nacional de Educação e mantenedoras das Instituições de Ensino Superior particulares

Magno Federici Gomes	207	
1	Introdução	207
2	Evolução histórica do Conselho Nacional de Educação	210
3	Composição e funções do Conselho Nacional de Educação	213
4	Relação entre IES privadas e entidades mantenedoras	216
5	Da constitucionalidade do art. 7º-B, inciso V, Lei nº 9.131/95	217
6	Considerações finais	222
	Referências	224

Parecer

Prorrogação do prazo de vigência de contrato de concessão de serviço público Dilermundo Gomes de Alencar	229
--	-----

I	Dos fatos	229
II	Da análise	235
II.1	Considerações preliminares	235
II.2	Natureza jurídica das cláusulas de prorrogação	235
II.3	Das outorgas de concessão decorrentes da aplicação do artigo 19 da Lei nº 9.074/95	237
II.4	Da prorrogação. Possibilidade. Requisitos legais	239
III	Conclusão	241
Índice		243
ABSTRACTS		247
Instruções para os autores		253